Resposta às críticas da ONG De Olho no Material Escolar (DONME) durante a discussão do Plano Nacional de Educação no Senado Federal – 27/08/2025

Nós, trabalhadores da educação e autores de livros didáticos, reunidos na **Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (ABRALE)**, manifestamo-nos em defesa da educação pública de qualidade. Nossa entidade, com 34 anos de atuação, representa a voz de quem concebe e escreve os materiais educativos, participando ativamente das discussões junto ao MEC, FNDE e Congresso Nacional.

No dia 27 de agosto, tivemos o desprazer de ouvir o representante da De Olho no Material Escolar (DONME), Sr. Henrique Lago da Silveira, proferir inverdades sobre o livro didático do PNLD.

Transcrevemos duas partes do discurso do representante do agronegócio para melhor localizar as falácias e inverdades:

Parte 1:

> ***"Primeiro ponto:*** *materiais didáticos precisam prever referenciais científicos. Nossa associação nasceu com essa preocupação, especialmente a partir do PNLD. Identificamos a falta de referenciais científicos em conteúdos, como no recorte do agronegócio: <u>apenas 3,47% dos conteúdos tinham base científica</u>, o restante eram opiniões ou matérias jornalísticas. Isso não agrega para a educação. Portanto, defendemos que os materiais sejam baseados em ciência, tanto em ciências naturais quanto em humanas".*

(Trecho da abertura da apresentação do Sr. Silveira. O sublinhado será analisado na parte B de nossas respostas).

Parte 2: "Não podemos continuar ensinando por achismos ou opiniões, mas com fundamentos".

(Na parte final da contribuição do Sr. Silveira).

Nossas respostas

A) Autores trabalham com fundamentação científica, não achismos

A fala do Sr. Henrique Lago Silveira demonstra um profundo desconhecimento do processo de produção de um livro didático e do universo da educação.

Os livros do PNLD partem de referências rigorosas e contam com: uma para o livro do estudante e outra para o livro do professor. Quando abordamos o tema do espaço agrário brasileiro e mundial, utilizamos fontes de credibilidade e reconhecida base científica. Dentre tantas, citamos:

- **FAO** (Food and Agriculture Organization of the United Nations);
- **EMBRAPA** (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária);
- **CONAB** (Companhia Nacional de Abastecimento);
- **IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);
- **INPE** (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Além disso, incorporamos inúmeros trabalhos acadêmicos produzidos em universidades públicas brasileiras, cujos pesquisadores realizam coletas de dados e pesquisas de campo. Isso é **ciência**.

É responsabilidade dos autores retratar a delicada equação entre agronegócio e meio ambiente de forma cuidadosa e precisa. Omitir informações sobre os impactos ambientais seria uma irresponsabilidade. Por exemplo, o último **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil do MapBiomas** (maio de 2025) aponta que, embora tenha havido uma redução na área desmatada, a agropecuária continua sendo o principal vetor de pressão nos últimos seis anos. O relatório destaca que a destruição do Cerrado, coincidindo com a área de atuação do agronegócio, representa mais de 50% da área desmatada no país. Livros didáticos não podem negligenciar informações tão cruciais.

B) Qual o embasamento permitiria afirmar que "apenas 3,4% dos conteúdos têm base na ciência"?

O Sr. Silveira usa como fonte o estudo encomendado pela ONG, e por nós conhecido desde 2024 (**Anexo 1**).

Título: De Olho no Material Escolar: o retrato do agronegócio na educação

Subtítulo: Análise pela FIA/USP a partir de livros didáticos utilizados nos ensinos Fundamental I e II e no Ensino Médio no Brasil sobre o setor

Ano de publicação: não mencionado.

Autores: não mencionados.

ONG: De olho no material escolar

ISBN: não tem.

Descrição do material: conta com 34 "slides". Não é uma apresentação de pesquisa habitual, com descrições de amostra, metodologia, tabelas, referências e análise de resultados. Há também alguns exemplos copiados dos livros, fora de contexto pedagógico. Os conteúdos dos primeiros slides identificam e promovem a DONME.

Feita nossa análise do material (**Anexo 2**), temos a destacar:

- O estudo trabalhou com uma **amostra de 94 livros** de algumas editoras, sem definição da etapa de ensino ou da faixa etária dos estudantes.

- A seleção não foi feita por sorteio técnico nem segue a totalidade das coleções do PNLD, o que gera **viés de representatividade**. Além disso, os relatórios priorizam temas específicos (uso de defensivos, pecuária, setor sucroalcooleiro, redução de biodiversidade), deixando de lado a função pedagógica geral dos materiais. Em comparação com o PNLD: em 2025 há **1229** livros aprovados na etapa de seleção, disponibilizados para adoção nos três segmentos da Educação Básica.

- O documento afirma utilizar "metodologia científica", mas não descreve de forma clara os procedimentos de análise,

critérios de avaliação ou instrumentos de validação para as conclusões obtidas. Além disso, os analistas envolvidos são "especialistas do agronegócio", e não especialistas em educação, didática ou avaliação pedagógica. Isso compromete a confiabilidade do estudo enquanto diagnóstico educacional.

Além de nossa análise, uma matéria publicada na Folha de São Paulo na sessão Painel (25 de agosto de 2025) esclareceu bastante bem qual a metodologia adotada no estudo realizado pela FIA. Segundo o ponto focal João Demarchi da FIA, relata a FSP, a pesquisa foi feita a partir de mecanismos de automação com palavras ou termos: "A gente analisava e transformava cada uma dessas menções em unidade de referência", diz, argumentando ainda que não haveria necessidade de ler o livro inteiro a partir dessa abordagem[1].

Vale dizer que o agronegócio chega a um percentual de "ciência" ou "não ciência" nos livros didáticos a partir de palavras de busca, para concluir que somente 3,6% representam a ciência. Então, tece severa crítica àquilo que desconhece, qual seja, as criteriosas bases que levam à formatação de um livro didático. Faltou conhecimento de causa.

Na comunidade acadêmica o próprio termo "agronegócio" é motivo de questionamento, mas seus impactos, não. Em estudo recente, Leite, Satiro e Sauer (2024) explicam a origem do termo e apontam as relações entre a expansão da fronteira agrícola no Brasil nas últimas décadas e o desmatamento, assim como a concentração fundiária e os respectivos conflitos por terra e água, uma vez que a expansão monocultora no Cerrado brasileiro proporcionou o comprometimento dos recursos hídricos. Segundo os autores:

> Narrativas justificadoras procuram ocultar que a expansão da fronteira é a causa do desmatamento e que os monocultivos estão ancorados na apropriação ilegal de terras comuns e na grilagem (apropriação de terras públicas), ... espoliação da terra e da natureza e o impacto

[1] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/08/presidente-de-associacao-rebate-criticas-do-agro-a-mencoes-pejorativas-em-livros-didaticos.shtml

> socioambiental causado, a partir da análise dos conflitos em torno de terra, água.
>
> (LEITE, SATIRO, SAUER, 2024: 428)[2]

É exatamente isso que autores de livros didáticos devem preservar na produção de suas obras: a diferença entre narrativa e ciência. Os autores de livros educativos por meio de sua entidade representativa, a ABRALE, desejam deixar isso bem claro junto à sociedade: a ciência nos rege. Narrativas, repudiamos.

São Paulo, 02 de setembro de 2025

[2] LEITE, Acácio Zuniga; SATIRO, Guadalupe Souza; SAUER. **Conflitos socioambientais no Matopiba: expropriação, exploração e acumulação na fronteira agrícola brasileira.** In ALVES, Vicente E.; MARQUES, Marta Inês M. As fronteiras do MATOPIBA. As novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo, FFLCH USP, 2024. P: 428.